

ENTRE RESISTÊNCIA E ADESÃO: o gestor escolar diante das forças do capital na gestão da escola pública

IZAIAS FÉLIX DA CUNHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

Izaiasfelix002@gmail.com

MARIA EDILENE DA SILVA RIBEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

mariaedilene@ufpa.br

LEIDIANE SOUSA LIMA FERNANDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

leidianeslf28.02@gmail.com@gmail.com

HUGO LIMA ARAÚJO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO – UEMASUL

hugo.araujo@uemasul.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A gestão da escola pública constantemente sofre pressões do capital, em qualquer fase em que se encontre, para que realize a adesão à sua forma de gerir, o que a vincula ao projeto de uma educação para o trabalho, ou seja, para a produção de mão de obra que alimenta e realimenta o próprio capital. Dessa forma, este texto, constitui um recorte teórico da pesquisa de doutorado, ainda em fase inicial de desenvolvimento, que integra os esforços do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Formação e Práxis Educativa (GEPEDUC), associado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), na busca por compreender criticamente o cenário educacional e contribuir para sua configuração – entre avanços e recuos – a favor da democracia e da sociedade, por meio de uma educação com qualidade social¹. Portanto, seu objetivo é discutir o papel do gestor

¹ Para compreender o conceito de qualidade social Libâneo, Oliveira e Toschi, (2012, p. 166) afirmam que: “Ser cidadão significa ser participe da vida social e política do país, e a escola constitui espaço privilegiado para esse aprendizado, e não apenas para ensinar a ler, escrever e contar, habilidades importantes, mas insuficientes para a promoção da cidadania. Além disso, a qualidade social da educação precisa considerar tantos fatores externos (sociais, econômicos, culturais, institucionais, legais) quanto os fatores intraescolares, que afetam o processo de ensino-aprendizagem, articulados em função da universalização de uma educação de qualidade para todos”.



escolar na escola pública frente às forças do capital, investigando as manifestações dos processos de resistência ou de adesão às políticas neoliberais na gestão educacional.

2 A ADESÃO OU RESISTÊNCIA DO DIRETOR ESCOLAR AOS MOLDES DO CAPITAL

O processo de expansão do capital intensificou-se no Estado brasileiro a partir da década de 1990, com a Reforma do Estado, que implantou o projeto ideológico-político neoliberal na gestão pública. Esse movimento articulou-se à organização mundial pautada na globalização e a uma visão de educação e escola voltada para a manutenção de mão de obra, acrescida de um ideário educacional economicista e mercadológico, cuja função central é suprir as necessidades do capital. Nessa lógica, o capital projeta-se no mercado por meio da economia e expande-se para todas as atividades humanas.

Em outras palavras, vive-se um momento de crise estrutural perceptível na vida social, sobretudo pela interação entre as esferas econômica, política e cultural/ideológica, em que os termos-chave são luta e moldagem, apontando para questões estruturais com problemas sistêmicos (Apple, 2024).

A referida crise expandiu-se exponencialmente, alcançando, em números crescentes a vida de cada indivíduo com tentáculos pegajosos e opressores. Está no comércio, está nas relações sociais, está na política, entre outros pontos. Chega-se ao momento em que é possível afirmar que a crise, cunhada por uma filosofia neoliberal, está presente no próprio existir, o que, impreterivelmente a insere na escola, na gestão escolar e nas práticas e vivências dos gestores.

Neste cenário, o capital, por meio de suas estruturações, não apenas se empenha em remover a capacidade crítica do sujeito, como também busca torná-lo solo fértil para seus estratagemas. Assim, observa-se que a educação formal, orquestrada pela lógica neoliberal, cumpre a função de produzir trabalhadores para a expansão do poderio capitalista e para o distanciamento das classes, pela validação de interesses hegemônicos (Mészáros, 2008), na busca por uma suposta “qualidade total”.

É com base nesse contexto que se pautam as análises sobre a gestão escolar. Dessa forma, é cognoscível que, analogamente ao modo como a atividade administrativa, em uma perspectiva abrangente, insere-se nas contradições e nas forças sociais em disputa



que caracterizam cada período histórico e cada formação social específica, sua concretização é simultaneamente condicionada por essas forças e exerce influência sobre elas (Paro, 2010). O mesmo se aplica à administração escolar, pois esta encontra-se “organicamente ligada à totalidade social, onde ela se realiza e exerce sua ação e onde, ao mesmo tempo, encontra as fontes de seus condicionantes” (Paro, 2010, p. 18). Ainda nesse prisma, Sander (2009, p. 70) compreende que as concepções de gestão da educação “refletem distintas filosofias sociais elaboradas a partir de diferentes perspectivas políticas e culturais nacionais historicamente situadas no contexto das relações de interdependência internacional”.

A gestão escolar, enquanto espaço de realização de atividades desenvolvidas em seu ambiente (Paro, 2007), possui como responsabilidade a transformação de metas e objetivos das políticas educacionais em ações concretas (Bordignon; Gracindo, 2013). Nesse sentido, por sofrerem pressões, os agentes educacionais correm o risco de serem moldados, assim como o sistema escolar, ao desenvolvimento econômico, adequando as instituições escolares ao desenvolvimento do capitalismo em sua fase atualizada (Rosar, 2012).

Dentre esses agentes, o diretor escolar é compreendido como o profissional que dirige, auxilia como líder no gerir, no direcionar e no organizar, dentre outros atributos, as atividades destinadas à efetivação de uma educação com qualidade qualitativa (Libâneo, 2013). Ou seja, dentro de suas possibilidades concretas, busca “garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola” (Saviani, 2000, p. 207) por meio do uso racional de recursos para o alcance de fins determinados (Paro, 2015; Paro, 2010).

O diretor escolar, e principalmente o diretor da escola pública, pois este deve assumir suas atribuições com compromisso social tendo em vista o caráter político de seu “cargo”, é o profissional responsável por articular as condições materiais e imateriais disponíveis, bem como a equipe escolar, ao nível micro, e a escola com as demais entidades sociais, ao nível macro, buscando garantir a efetivação de uma formação educativa substancial. Para tanto, sua atuação profissional não se enrijece em uma única ação ou atividade específica, mas contempla, em amálgama, as dimensões administrativas, pedagógicas e políticas.

No que se refere às dimensões administrativas, retoma-se algo já enunciado neste



texto. O diretor escolar possui função administrativa à medida que dentre suas atribuições está a responsabilidade de administrar, racionalmente e destinando-se a um objetivo, os recursos disponíveis para concretização das atividades escolares. Além disso, é de sua incumbência a coordenação do esforço humano.

Por sua vez, a dimensão pedagógica, precisa olhar para a escola, pensando “no processo educativo enquanto objetivos principais dessa instituição, ou seja, toda ação desenvolvida no ambiente escolar precisa ser pensada por meio dos processos pedagógicos” (Araújo, 2021, p. 68). Logo, por ser a escola objeto da gestão e meio de realização das atividades do diretor escolar, suas atribuições possuem como fim a educação e seus processos educativos, o que conseqüentemente incorpora o seu caráter pedagógico.

Já quanto à dimensão política das atribuições do diretor escolar, olha-se para o fato de que suas atribuições ocorrem em espaço de intencionalidades diversas, o que condiciona o surgimento de disputas ou associações de poderes, tornando suas ações “sempre imbricadas de atos políticos” (Araújo, 2021 p. 67), ao mesmo tempo que são atos políticos.

Assim, a prática concreta do diretor escolar ocorre em um ambiente político caracterizado pela construção de convivência entre grupos e indivíduos dotados de vontades e interesses particulares, os quais podem ou não se alinhar aos interesses dos demais (Paro, 2015), o que torna suas vivências cotidianas produtos, por moldagem ou resistência, das contradições estruturais impelidas pelas políticas educacionais de gestão, determinadas pelo capital e seus organismos internacionais que, paulatinamente, rompem os muros escolares e implantam-se, distanciando a possibilidade de uma educação democrática.

Dessa forma, a atividade realizada pelo gestor escolar, em suas dimensões, não se dá no vácuo das relações sociais, mas acompanha as relações de poder que o homem histórico disputa para fincar-se no mosaico coletivo em um determinado tempo e espaço, enquanto mecanismo de revolução ou conservação factual-real.

3 CONCLUSÕES

A organização social está incorporada à lógica neoliberal, o que transforma suas instituições em espaços de atuação das forças do capital em suas diversas formas. Dessa



maneira, a escola sofre processos de descaracterização e, ao mesmo tempo, é moldada aos interesses hegemônicos, o que coloca o diretor escolar em uma encruzilhada profissional: resistir às pressões impostas, implícitas e explícitas, pelas forças capitalistas, ao mesmo tempo em que é atraído a aderir as políticas neoliberais na gestão educacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Hugo Lima. **O perfil do diretor escolar da Rede Pública Municipal de Imperatriz/MA**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2021.

APPLE, Michel W. **Educação e poder**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2024.

BORDIGNON, Genuino; GRACINDO, Regina Vinhais. Gestão da educação: o município e a escola. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARO, Vitor H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PARO, Vitor H. **Diretor Escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PARO, Vitor H. **Administração escolar**: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Administração Escolar**: um problema educativo ou empresarial?. 5. ed. Campinas, SP: Autores Asssociados, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 3. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000.

SANDER, Benno. Gestão Educacional: concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.

